

# Desorientação geral na política econômica com Brasil

GAZETA MERCANTIL

4 SET 1987

Herbert Levy (\*)

Raras vezes um problema se colocou de forma tão tumultuada quanto esse e nossa dívida externa. E não apenas esse problema se vai tornando desnorteante como algumas posições do ministro da Fazenda não ajudam a dar crédito ao seu plano. Por exemplo: o sr. Bresser Pereira sabia que o congelamento de preços, tão do agrado do PMDB, que preferiu posar de oposição à assumir suas responsabilidades de governo, não funcionava. Por isso, obrigado a incluir o congelamento, ele não só lhe reduziu o prazo como também se disse aberto a reexames em todos os casos justificáveis.

De fato ele abreviou a flexibilização. Só que esta não



funciona para valer e leva as lideranças empresariais a falar de novo em desobediência civil ante o absurdo de serem as empresas obrigadas a vender abaixo dos custos, frequentemente elevados pelo próprio governo para ajustar tarifas das empresas estatais.

Ora, o ministro sabe que a razão principal do rompimento das comportas para dar lugar à inflação caótica pós-Plano Cruzado foi justamente o congelamento de preços, que represou as águas para soltá-las em avalanche.

Dante disso, como repetir a receita agora? A "flexibilidade" não significa exatamente acertar os preços que se demonstrem insustentáveis? E acertá-los, pressupõe-se, criteriosamente, não como está sendo feito, obrigando as empresas a arcar com prejuízos para muitas insustentáveis.

Ao artificialismo imposto

pelo Estado, sob o fundamento de salvar sua política econômica, é legítimo que as empresas se defendam: parar a produção, dar férias e reduzi-la por todos os meios para tentar reduzir o prejuízo ou partir para a famosa desobediência civil, que já levou o presidente Sarney a agredir o presidente Mário Amato, da FIESP, como subversivo, quando este, com a maior franqueza, apontou a situação insustentável que o governo criava para as empresas, isto é, para a própria economia produtora. Ora, a política econômica do governo tem o dever prioritário de amparar, em qualquer política econômica, os interesses da economia produtora ou não é política econômica coisa nenhuma. Mesmo porque afeta irremediavelmente o social — prioridade 1 do governo — levando ao maior desemprego.

E esse irrerealismo que faz

com que despontem as dúvidas crescentes em relação ao plano Bresser Pereira. Mas, voltando ao tópico inicial, esse problema da dívida externa está tão confuso e tumultuado que levou uma revista do respeito e da responsabilidade da The Economist, que ainda há meses fez uma edição especial altamente elogiosa ao Brasil — futura potência mundial, em sua conclusão —, a dar um punhado de orelhas no governo brasileiro.

Esse problema da dívida precisa ser encarado com seriedade e com responsabilidade. Ele não comporta tiradas demagógicas políticas-partidárias do agrado das esquerdas ou de uma parte menos esclarecida da opinião.

Se temos a oportunidade oferecida pelos credores de voltar a uma atmosfera satisfatória para negociar, mediante, um pagamento simbólico que não chega a

dez por cento do que devia ser pago regularmente em juros, vamos fazer esse pagamento e vamos negociar sem pressões, com realismo e com seriedade.

Sou insuspeito para afirmá-lo, pois todos conhecem a posição que assumi em Washington, desde outubro de 1984, demonstrando a um auditório do mais alto nível que mais da metade da nossa dívida era injusta e isso com o aplauso desse auditório.

Mas uma coisa é negociar com seriedade, objetivamente, com os argumentos indiscutíveis que temos e outra é fazer moratória unilateral, tergiversar, avançar e recuar, como tem feito o governo, provocando a desorientação internacional e afetando de modo lamentável o crédito do País.

(\*) Presidente do conselho de administração e diretor-responsável da Gazeta Mercantil.

10 SET 1987